



RECENSÃO

A Metamorfose do Mundo: Como as Alterações Climáticas estão a Transformar a Sociedade, de Ulrich Beck, por João Carlos Sousa

Análise Social, LIV (1.º), 2019 (n.º 230), pp. 207-212

<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2019230.14>

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt

<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2019230.14>



BECK, Ulrich

A Metamorfose do Mundo: Como as Alterações Climáticas estão a Transformar a Sociedade,

Lisboa, Edições 70, 2017, 269 pp.

ISBN 9789724419206

João Carlos Sousa

A metáfora da metamorfose tem de certo modo um já longo percurso nas ciências sociais. Recordemos que Karl Marx (2017 [1863]) recorre a esta para se referir à transfiguração do capital circulante numa economia capitalista. Mais recentemente, no início do século xx, Franz Kafka (2017 [1912]) utilizou-a para satirizar o crescente individualismo das sociedades em rápida urbanização.

A obra *A Metamorfose do Mundo: como as Alterações Climáticas estão a Transformar a Sociedade* insere-se na longa linha teórica e conceptual seguida por Ulrich Beck. Ao longo do seu trajeto científico trouxe-nos poderosos contributos pautando o debate teórico das últimas décadas do século xx (Beck, 2006 e Beck, Giddens e Lash, 2000) e início do novo milénio (Beck, 2003 e 2013).

Em termos orgânicos, a obra estrutura-se em 12 capítulos assimetricamente distribuídos por três partes. Na primeira – *Introdução, provas e teoria* – o autor alemão leva a cabo o enquadramento contextual e teórico da metamorfose. Nela (1.º capítulo) procura distinguir conceptualmente a metamorfose de outros dois conceitos com longa tradição sociológica: transformação e mudança social. De seguida (2.º capítulo) ilustra este processo com o caso das alterações no domínio da maternidade e paternidade. No 3.º capítulo o autor alega que a “(...) metamorfose significa que as alterações climáticas têm que ver com os seres humanos a determinarem a direção da evolução planetária e social – não por intenção, mas pela política dos efeitos secundários ou pela política do dano normalizado” (2017, p. 60). Para rematar a primeira parte, Beck critica a forte linearidade temporal e o evolucionismo existente na teoria social contemporânea, argumentando que esta linearidade assenta na colonização da cultura por parte do passado e do presente. Com efeito, identifica três distintas formas de mudança histórica: a era Axial, a Revolução Francesa e a transformação colonial.

A segunda parte é iniciada com um capítulo dedicado à metamorfose da noção de classe social em classe de risco. Esta dá-se em três dimensões: crítica ao nacionalismo metodológico por via do Estado-nação; registo pormenorizado dos fracassos quando os males transbordam as fronteiras do Estado-nação, no fundo a política da invisibilidade

excluindo os excluídos; e finalmente a passagem da classe social para a “classe do antropoceno”, isto é, a passagem de uma perspetiva das desigualdades à escala nacional para uma visão mais global da distribuição dos recursos e sobretudo dos riscos pelas diversas regiões planetárias. Beck dedica o 6.º capítulo à discussão da metamorfose do poder e da política. Para tal, elenca um conjunto de questões que abordam as instituições sociais, o quadro normativo, as práticas e atores sociais. Concluindo nos seguintes termos “as relações de definição tornam-se expostas e politizadas com cada catástrofe que nos lembra da globalidade da sociedade de risco e quando a lógica dos riscos globais permeia a experiência quotidiana” (2017, p. 145). A definição de *catastrofismo emancipatório* é o alvo central do 7.º capítulo. De forma sucinta poder-se-á definir como o momento em que são produzidos novos horizontes normativos que visam a substituição do panorama normativo nacional pelo cosmopolita. Neste âmbito, o furacão Katrina é dado como exemplo de um momento em que foram visíveis os limites dos horizontes normativos ancorados na noção de Estado-nação, metamorfoseando-se em horizontes normativos baseados no conceito de justiça global. Os *choques antropológicos* são deste modo, concebidos a partir de uma tripla dimensão: novas maneiras de estar no mundo; nova forma de ver o mundo; nova forma de fazer política.

No 8.º capítulo, Beck baliza a centralidade da comunicação ao declarar taxativamente que “não há metamorfose

sem comunicação: a comunicação sobre a metamorfose é constitutiva da metamorfose” (2017, p. 161). As imagens mediatizadas de catástrofes concorrem para aquilo que é percebido como um *choque antropológico*. Com efeito, os *media* ao filtrarem, ao canalizarem, ao dramatizarem e ao banalizarem, contribuem para uma espécie de catarse social, e deste modo, para a emergência de uma nova ética do “nunca mais”. A percepção dos riscos/males globais leva à eclosão de públicos globais potenciando a metamorfose do campo comunicacional. Em síntese, Beck sintetiza a metamorfose dos meios de comunicação em três vertentes: categórica – “males públicos” é o foco de atenção; institucional – competição, sobreposição ou interpenetração entre os “velhos” *mass media* e os novos meios de comunicação digitais; normativa – metamorfose do modo como os “bens” são percebidos como “males” e como estes passam a ser entendidos como “bens”.

Nesta linha de raciocínio, o 9.º capítulo é dedicado à esfera digital. Toda a argumentação é realizada em torno do risco da vigilância feita pelos Estados e grandes interesses privados sobre os cidadãos, ilustrando com as revelações feitas por Edward Snowden. Beck (2017, p. 187) vislumbra a emergência de uma nova categoria social – *intelligentsia digital* que “(...) utiliza a cosmopolitização digital como recurso de poder para remodelar o mundo”, contudo não fica claro o papel que o autor lhe atribui na esfera digital. Para fechar o capítulo são elencadas quatro manifestações da

metamorfose da ordem social e política: (1) metamorfose dos modos de existência; (2) “estado de vigilância” baseado no princípio de “recolher tudo”; (3) revelações públicas de Snowden tornam visível o invisível; e finalmente (4) a emergência de um novo horizonte de ação cosmopolita alternativo.

Com a expressão “jogos de meta-poder da política” (10.º capítulo) Beck sublinha a existência de um intenso entrelaçamento impulsionando a metamorfose das regras com que se rege a esfera política. Beck (2017, pp. 191-197) a partir do exemplo das convulsões políticas internas na União Europeia ilustra a metamorfose do poder, ao passar predominantemente dos Estados-nação para o Presidente da Comissão Europeia, que passa a depender do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia. Um segundo exemplo da transmutação do poder e do modo como ele é negociado e renegociado entre Estados-nação, no contexto mais vasto das relações internacionais, é dado através do modo como a China tem vindo nas últimas décadas a relacionar-se interna e externamente, relativamente à questão das alterações climáticas. Recorrendo ao estudo do *People’s Daily* como voz pública do Partido Comunista chinês, Beck (2017, p. 199) ilustra que o horizonte normativo da política climática já se metamorfoseou e alastrou globalmente.

No penúltimo capítulo (11.º) as cidades são o epicentro da metamorfose mundial. De forma sucinta, o argumento passa por entender os grandes centros urbanos, como tendo a capacidade

mediadora entre Estados e metamorfose global e, desta forma, serem o palco privilegiado de atores individuais, ONGs e também de políticas públicas ao nível municipal capazes de mitigar a incapacidade dos Estados-nação assumirem a liderança política da transição para uma economia verde, por exemplo. É em contexto urbano que se dá a transfiguração das “velhas” clivagens, para além da transformação dos papéis entre antigos beligerantes, metamorfoseando-se em parceiros. Neste rol de metamorfoses, também o trânsito está a alterar-se: “aquilo que estamos a testemunhar no espaço das políticas climáticas urbanas é um *processo transnacional de geração de norma*” (2017, 218 itálico do original). Em síntese “sugiro que as cidades mundiais são os principais lugares onde os choques dos riscos globais se tornam questões de experiência e política quotidiana” (2017, pp. 224-225).

O último capítulo foi reservado para a metamorfose das relações dentro da família. À luz de um conceito de socialização reconfigurado, as gerações mais velhas deixam de ter o monopólio da inculcação de valores e normas, e pelo contrário as gerações digitais passam a ter um papel mais ativo nesse processo. O conflito geracional dá-se dentro da família, questionando-se a hierarquia e a autoridade. É um processo que se assume como subtil e sub-reptício. Neste sentido, a internet arroga-se como um repositório de memória de todas as memórias coletivas (Beck, 2017, p. 235). Na parte final, uma secção é dedicada à metamorfose da desigualdade, que se expressa

das seguintes formas: assiste-se à institucionalização de normas de igualdade e, simultaneamente, ao aumento da desigualdade mesmo no interior do Estado-nação e à diminuição dos recursos públicos que poderiam mitigar as desigualdades. Neste contexto, a distribuição de males leva à emergência de classes de risco, noções de risco e diferentes tipos de desigualdade. Desigualdades que agora são pautadas pelas alterações climáticas que têm incorporadas: pobreza; vulnerabilidade e ameaças (2017, p. 242).

Para concluir, apraz-nos sublinhar alguns aspetos relevantes quer em registo de crítica, quer de relevância da obra em apreço:

(1) Beck dá continuidade e aprofundamento ao seu projeto teórico e conceptual trilhado nas décadas anteriores sobre a Sociedade de Risco. Neste sentido esclarece que a metamorfose não trata “(...) dos efeitos secundários negativos dos bens, mas dos efeitos secundários positivos dos males, como o momento da metamorfose cosmopolita desencadeada pela Segunda Guerra Mundial” (2017, p. 148). Existe, com efeito, neste raciocínio encadeado, uma intensa necessidade de dar continuidade à teoria do risco global, passando o seu foco para as consequências positivas dos efeitos secundários da distribuição dos males/riscos.

(2) Trata-se de uma visão/proposta cosmopolita relativamente à transformação das velhas estruturas estatais e nacionais em instituições de âmbito global e cosmopolita. Neste ponto, sente-se o apelo de Beck cientista social, mas por outro lado, de ativista social e político.

(3) O autor alemão parece sensível aos comentários feitos por alguns autores críticos da sua obra, encetando um diálogo com estes, mormente com Gross (2016) que advoga o necessário recurso a uma teoria do não-conhecimento pondo a descoberto a incompletude da teoria do risco e particularmente da conceptualização de *instituições zombie*. Ao longo de toda a obra Beck nunca evoca este conceito. A sua abordagem passa por frisar a forte ancoragem nacional de algumas instituições, como é o caso do Estado-nação. Este é um caso de Instituição que funciona de modo disfuncional. Esta aparente dualidade expressa-se em face de uma crescente disjunção entre expectativas e problemas derivados daquilo a que optou por designar como “novos horizontes normativos” – metamorfose institucional.

(4) A conceção de *política da invisibilidade* é um indício de diálogo de Beck com os seus críticos e a necessidade de mitigar o não-conhecimento no estudo e abordagem do risco. A política da invisibilidade tem como principais promotores os Estados-nação, mas também grupos de peritos, de modo a manterem e reproduzirem as posições de poder. Contudo, na fase da metamorfose social, a política da invisibilidade enfrenta o poder dos meios de comunicação social, incluindo sobretudo os *media* digitais. Estes, através da mediatização e difusão de representações dos factos e realidades distantes, assumem um papel relevante na metamorfose: “sem informação providenciada pelos *media* e outras instituições sociais, os cidadãos não estão sequer

cientes do risco para a sua vida e para as vidas dos seus filhos e vizinhos” (Beck, 2017, p. 128). Os *media* assumem deste modo um papel preponderante no combate ao desconhecimento manufacturado.

(5) Finalmente, apraz-nos afirmar que, com esta obra, Ulrich Beck tem o condão de mapear e caracterizar de forma arguta, aqueles que já são – e nas próximas décadas poderão vir a ser – os domínios da atividade social e política em plena ebulição e que por isso têm o potencial suficiente para pautarem a almejada metamorfose social. Sucintamente, diríamos que esses domínios da atividade social são: (1) ambiente, por via das alterações climáticas, (2) da comunicação e os novos *media* sociais digitais, que são componentes nevrálgicos da política da invisibilidade e, por último, (3) da intensificação da presença do conhecimento científico e o modo como este é incorporado nas diversas esferas sociais e políticas. Todos estes vetores constituem-se como “promotores da convulsão” das Instituições sociais vigentes, convergindo para a arena política e cultural, enquanto derradeiras plataformas onde se metamorfoseiam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECK, U. (2003 [2002]), *La Individualización. El individualismo institucionalizado y sus consecuencias sociales y políticas*, Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica.
- BECK, U. (2006 [1986]), *La Sociedad del Riesgo Hacia una Nueva Modernidad*, Barcelona.

BECK, U. (2013 [2012]), *A Europa de Maquiavel a “Merkievel”: Estratégias de Poder na Crise do Euro*, Lisboa, Edições 70.

BECK, U. (2017 [2016]), *A Metamorfose do Mundo: Como as Alterações Climáticas estão a Transformar a Sociedade*, Lisboa, Edições 70.

BECK, U., GIDDENS, A., LASH, S. (2000 [1994]), *Modernização Reflexiva: Política, Tradição, e Estética no Mundo Moderno*, Oeiras, Celta Editora.

GROSS, M. (2016), “Risk as zombie category: Ulrich Beck’s unfinished project of the ‘non-knowledge’ society”. *Security Dialogue*, 47(5), pp. 386-402.

KAFKA, F. (2017 [1912]), *A Metamorfose*, Lisboa, Presença.

MARX, K. (2017 [1863]), *O Capital*, Lisboa, Edições 70.

SOUSA, J.C. (2019), *Recensão “A Metamorfose do Mundo: Como as Alterações Climáticas estão a Transformar a Sociedade, Lisboa, Edições 70, 2017”*. *Análise Social*, 230, LIV (1.º), pp. 207-212.

João Carlos Sousa » joao.carlos.sousa@iscte-iul.pt
 » CIES, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa »
 Avenida das Forças Armadas — 1649-026 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-7374-0152>.
